

A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Edna Oliveira da Paz¹

Júlio Taluan de Oliveira Silva²

Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares³

RESUMO

O Programa Residência Pedagógica (PRP) é um programa que tem por objetivo aprimorar a formação do graduando nos cursos de licenciatura. O objetivo deste trabalho consiste em apresentar um estudo acerca do PRP enquanto política pública de formação de professores. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, nos quais foram utilizados os fundamentos legais da PRP, Resoluções CNE/CP n. 4/2018, n. 2/2017, n.02/2015; LDBEN n. 9.394/96; Portaria GAB n. 38/2018; Constituição Federal (1988); Editais CAPES; Diretrizes para Formação de Professores da Educação Básica; BNCC; BNC-formação e revisões bibliográficas articuladas aos referenciais de formação de professores. A pesquisa foi estruturada descrevendo o PRP enquanto política pública de formação de professores. Assim, compreendemos que o PRP busca romper com a clássica distância entre a teoria e a prática docente por meio de uma experiência mais larga e de uma atuação dividida entre a universidade e a escola da Educação Básica. Por conter uma carga horária ampliada, colabora para o que o futuro docente passe a compreender e ter experiências no âmbito escolar em um formato mais aprofundado. O PRP integra a política de formação de professores e sugere uma experiência docente na Educação Básica como uma proposta inovadora e encarando vários desafios. Assim, destacamos a necessidade de ampliar as pesquisas acerca das contribuições dos Programas de Iniciação à Docência para o fortalecimento da qualidade da educação e da formação inicial de professores, a fim de oportunizar uma discussão sobre a construção da identidade docente no contexto escolar.

Palavras-chaves: Formação de professores. Programa de Residência Pedagógica. Educação.

INTRODUÇÃO

¹Mestranda em Educação Profissional pelo IFRN, edinhapaz19@gmail.com; Especialista em Atendimento Especializado Educacional pela universidade Federal do Ceará – UFC; Psicopedagoga pela Faculdades Integradas de Patos – FIP; Especialista em Gestão pública municipal pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB;

² Mestrando em Educação Profissional pelo IFRN, taluan.julio@academico.ifrn.edu.br. Licenciada em Matemática pelo IFRN;

³ Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, andrezza.tavares@ifrn.edu.br Brasil(2010) Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil.

O Programa de Residência Pedagógica (PRP) é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de Educação Básica, a partir da segunda metade de seu curso. O programa é regulamentado pela Portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018 e o público-alvo do programa são os alunos dos cursos de licenciatura ofertados na modalidade presencial ou no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), por Intuições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas sem fins lucrativos.

Conforme o Edital CAPES n. 06/2018, “[...] durante e após a imersão o residente deve ser estimulado a refletir e avaliar sobre sua prática e relação com a profissionalização escolar e com isso fazendo registro em relatório pra contribuir a avaliação de socialização de sua experiência como residente”. (CAPES, 2018, p. 19). Acerca disso, Pimenta e Lima (2006, p. 07) destacam que é necessário pensar a teoria como referência para a prática a fim de promover a articulação entre teoria e prática no Estágio Supervisionado. Neste sentido, é necessário que os estudantes sejam inseridos no contexto educacional, tenham a oportunidade de vivenciar experiências da realidade escolar, busquem analisá-las e questioná-las criticamente à luz de teorias.

Em 2018, foi lançado a primeira versão do Edital do Programa Residência Pedagógica pela CAPES. A proposta do edital visava assessorar o aprimoramento do Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de licenciatura das Instituição de Ensino Superior e, para isso, o Edital apresentou três fases: a primeira era treinamento de 60 horas; a segunda fase, de caracterização e imersão na escola, de 60 horas; e, por fim, a terceira fase, sendo a regência de classe, contendo 320 horas (CAPES, 2018).

O professor é um dos pilares mais importantes no processo de ensino-aprendizagem, uma de suas principais funções consiste em ser o agente facilitador da aprendizagem dos educandos, nesse sentido, ajudando-lhes a aprender. O professor é o elo que conecta os elementos internos (a escola) e externos (a sociedade) e sua prática pode desenvolver, no estudante, valorosas características, deixando marcas significativas na sua formação. Assim, o modo como ele ministra suas aulas é o modo como ele permite a iniciação do aluno, e como este se relaciona com o conteúdo abordado até sua maturidade (ALBUQUERQUE, 2016).

Ter vivência em um âmbito escolar propícia ao professor em formação entendimento sobre os aspectos escolares e as metodologias de ensino a serem aplicadas em conformidade com as necessidades de cada turma, no entanto um dos aspectos mais complexos da formação de professores aparenta ser proporcionar aos discentes em formação experiências por meio das

quais eles possam integrar seus conhecimentos, articulando-os na prática docente (PANNUTI, 2015; DARLING-HAMMOND, 2006)

As reformulações dos currículos das licenciaturas já ocorrem com frequência nas universidades, que buscam adequá-los às necessidades formativas que o mundo do trabalho exige. Além das universidades, os Institutos Federais (IF) são espaços que, desde 2001, têm oferecido formação inicial na sua oferta curricular. Diferentemente das universidades, os IF são instituições que têm como foco principal a formação técnica, todavia, levando em consideração que em seus currículos a oferta de licenciatura é uma realidade, faz-se necessário pensar em um currículo que alargue o desenvolvimento dos licenciandos em contexto de formação inicial.

O currículo da formação inicial de professores traz para as instituições uma responsabilidade enorme, pois é nas práxis de Ensino Superior que se formam aqueles que irão formar outras pessoas, assim como aqueles que irão integrar as necessidades do mundo do trabalho

Ressaltamos que o Programa de Residência Pedagógica muito tem contribuído para a formação inicial de professores atuantes no projeto, pois ambos afirmam que independente das estratégias adotadas em sala de aula, elas proporcionaram estratégias para as futuras ações pós- formação acadêmica, ou seja, ações decorrentes de docentes formados e efetivados em escola de educação básica.

O PRP opera nas instituições de ensino superior, e tem como escopo central desenvolver atividades que se configuram em ambientação, imersão e regência, nos mesmos espaços em que são desenvolvidas atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e do componente estágio supervisionado, promovidos nos cursos de licenciatura (SANTANA; BARBOSA, 2020).

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar um estudo acerca do Programa Residência Pedagógica enquanto política pública de formação de professores. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, como veremos adiante

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este presente artigo se desenvolve através de uma abordagem qualitativa, que, segundo Corrêa (2008, p11), a “[...] pesquisa qualitativa é quando a técnica de pesquisa busca entender as dinâmicas de um ou poucos objetos de estudo, sem preocupações relacionadas a números e quantidade, apenas com as características qualitativos do objeto de estudo”. Dessa forma, a pesquisa qualitativa é definida por qualquer tipo de coleta de dados que visa detalhar

diferentes textos por diferentes técnicas de análise que não atenta para um perfil numérico. Não faz determinações de valores, nem medidas.

Devido ao caráter particular da pesquisa qualitativa, suas consequências não devem ser exibidas por meio de soluções estatísticas, mas pelo meio de relatórios que focalizam nos pontos de vista analisados.

O objetivo dessa pesquisa é compreender a importância do Programa Residência Pedagógica para a formação do educador. Dessa forma, torna-se necessário a utilização de uma pesquisa bibliográfica e documental. Para Corrêa (2008, p.11), a pesquisa documental é aquela que se caracteriza “[...] quando todas as informações da pesquisa são encontradas ou retiradas de livros e documentos. Normalmente, é o primeiro passo para uma pesquisa pode ser associada a qualquer outro tipo de pesquisa, servindo de base para o aprofundamento determinado tema”. Nesse sentido, os documentos avaliados podem ser atualizados ou antigos e podem ser utilizados para descrever contextos históricos, culturais, sociais e econômicos de um espaço ou grupo de indivíduos em algum período da história.

A formação de professores está sendo discutida com as reformas educacionais que ocorrem desde o início de 1990, ou seja, ocorre a expansão dos cursos de graduação de modo que foram somente discutidas a partir de 1983 e, por conseguinte elaboradas nas secretárias de educação de modo heterogêneo entendendo que cada localidade conta com um espaço e desenvolvimento diferente. Percebemos ao longo da História que anterior a década de 80 temos o período tangente ao Regime Militar (1964-1985) que demarcou uma época de dominação de conteúdos de modo que os livros contavam apenas com conteúdos que abrangiam a história dos “grandes nomes” e os “grandes feitos”, além de transmitir a mensagem de patriotismo e a idéia de progresso.

Na década de 90 surge à criação de leis, orientações, diretrizes e documentos educacionais pensando no melhoramento da educação e em 1995 surge os Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, de modo que chegam para quebrar a ideia de que o ensino deve ser igualitário a todos os alunos em suas condições sociais, econômicas, culturais etc. entendendo que cada aluno conta com sua subjetividade, pluralidade, salientando como enfatizado por Libâneo que “O trabalho docente, portanto deve ter como referência, como ponto de partida e como ponto de chegada, a prática social, isto é, a realidade social, política, econômica, cultural da qual tanto o professor como os alunos são parte integrante” (LIBÂNEO, 1991, pag. 79). Mesmo com dificuldades e com o objetivo de atingir um bom grau de qualidade de ensino, tanto dos futuros docentes quanto dos estudantes de educação básica, foi elaborado através do Governo Federal e da portaria GAB nº

38 de 28 de fevereiro de 2018, o Programa de Residência Pedagógica de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal ao Nível Superior (CAPES). Enfim, o objetivo e finalidade de origem do programa são “induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura” (CAPES, 2018).

Quando se imagina ou se almeja uma educação universal e transformadora se entende que o investimento na escola pública é um ponto essencial. Para isso, um dos componentes fundamentais compreende a qualidade de vida dos indivíduos que dinamizam a escola.

Por ser uma profissão complexa, uma vez que demanda diversos saberes, o desafio torna-se maior diante das propostas de formação para os docentes, assegurando-lhes uma melhor qualificação para iniciar a carreira. Nesse sentido, pensando atender as expectativas da sociedade, é necessário preparar os futuros professores para o mercado de trabalho articulando competências técnicas e humanísticas. Esta preocupação tem sido percorrida há décadas em Universidades, escolas da Educação Básica, em outros espaços educativos, enfim, na vida dos professores. Portanto, partindo desta linha de pensamento, esta pesquisa direciona o olhar para os professores que estão a poucos passos do início da profissão docente.

Segundo Tardif (2002) o tempo é um elemento que interfere na atuação profissional. Dessa forma, se uma pessoa ensina, mediante o passar do tempo, “[...] ela vai-se tornando - aos seus próprios olhos e aos olhos dos outros - um professor com sua cultura, seus ethos, suas ideias, suas funções”; logo, o tempo faz com que o professor compreenda as técnicas necessárias para o seu trabalho, por meio das experiências vividas ao longo da profissão: “Então o tempo é um fator determinante do saber trabalhar!” (TARDIF, 2002, p. 57).

A identidade profissional, o seu caráter de classe, os processos de formação a que devem estar submetidos são fundamentais para repensar a prática do professor e dos que estão em seu caminho formativo. Tal questão é vital sob pena de assistirmos um esvaziamento cada vez maior dos cursos de licenciatura e de vivenciarmos mais amplamente um processo de desmantelamento e de desilusão, ou desidentificação, com o fazer e a carreira do profissional docente.

Desta maneira Pimenta (1997) nos posiciona em tal debate:

(...) a discussão sobre a identidade profissional do professor, tendo como suporte teórico-metodológico a questão dos saberes que constituem a docência e o desenvolvimento dos processos de reflexão docente sobre a prática. É esse caminho que estamos percorrendo, na tentativa de resignificar os processos formativos a partir da reconsideração dos saberes necessários à docência, colocando a prática pedagógica e docente escolar como objeto de análise. (PIMENTA, 1997, p. 1).

Para Tardif (2002) a prática profissional no que tange a atividade docente é fundamental para a vida profissional e o saber-fazer das atividades didático pedagógicas. A experiência

prévia e a imersão no ambiente escolar facilitam e incorporam uma constituição completa do profissional que irá desempenhar as funções de ensino-aprendizagem. O Programa de Residência Pedagógica se insere nestas tentativas de fomentar uma maior inclusão de práticas educacionais que vincule o licenciando na prática profissional desde o início do seu ciclo formativo.

Diante desse contexto, espera-se do professor o seu aperfeiçoamento profissional e a inovação de suas práticas para enriquecer seu trabalho, sem contudo, dar-lhe condições favoráveis como, por exemplo, um salário adequado de forma que trabalhe somente em um horário, contribuindo para que tenha mais tempo de estudos; disposição de recursos tecnológicos para facilitar projetos inovadores com os alunos; dentre outras determinações dadas como competências do professor

Neste sentido, o PRP fornece subsídios para a orientação da prática docente já que expõem os residentes a uma série de atividades da prática profissional que os permitem se socializar e acessar aprendizagens sobre a sua futura profissão. O desenvolvimento do PRP fornece uma complexa e importante relação entre professores e alunos uma vez que promove a inclusão do residente no ambiente escolar em todos os seus níveis, a saber: preparação de aulas, conhecimentos dos espaços físicos, regência de aulas, reconhecimento de seu local de trabalho, entre outros.

Consonante Tavares e Santos (2019) afirmam que o programam visa dar sustentação às novas possibilidades das relações professor-aluno proporcionando uma experiência in loco e construtiva que visam objetivar a prática docente dos residentes e construir desde cedo uma identificação com a profissão.

O programa Residência Pedagógica apresenta-se como uma proposta que visa à valorização da formação inicial de futuros professores, tendo entre seus objetivos promover a imersão ampliada do estudante-professor na realidade escolar, isto é, na escola de educação básica. O PRP tenta superar a dicotomia entre teoria e empiria, que marca historicamente a formação de professores, e busca enfrentar objetivamente o distanciamento entre os espaços da formação e do exercício profissional. (TAVARES, SANTOS; 2019, p. 156)

O Programa tem a finalidade de proporcionar aos residentes licenciados uma profunda experiência teórico/prática que se expressa na quantidade de horas em preparação, nas reuniões e na sala de aula. A experiência se divide em quatro etapas, a saber: formação inicial, ambientação, imersão e regência.

Em seu conjunto, as atividades do Programa perfazem uma jornada de 440 horas que são realizadas na sua integralidade, na relação direta entre residente, orientador e preceptor na sala de aula ou na preparação para ela. Conforme exposto nas indicações que foram assentadas

no edital nº06/2018 da CAPES que introduz e normatiza o Programa de Residência Pedagógica.

Em sua essência, o PRP compreende algumas características específicas, o que torna o programa distinto de outros, visto que através de suas variadas atribuições para a licenciatura e o ensino básico, proporciona ao residente, experiências significativas que servirão como força motriz para reflexões em relação ao processo social, profissional e principalmente para sua formação docente.

Atualmente, diversas atribuições são dadas ao professor, o que pode ser considerada como uma nova cultura profissional, na qual as instituições de ensino são redefinidas no tocante papel docente. A formação docente, pode ser complementada através de outras políticas públicas, as quais fomentem subsídios necessários para o licenciando adquirir bagagem docente e assim potencializar suas práticas pedagógicas.

Estudos realizados por Gatti e Nunes (2009) sinalizam vários problemas na estrutura e funcionamento de cursos superiores de formação docente no Brasil. Dentre eles são evidenciados, a saber: fragmentação curricular, predominância de estudos teóricos em detrimento da dimensão prática do trabalho docente, dicotomia entre conhecimentos específicos da área e as abordagens didático-pedagógicas e a desarticulação entre os centros formativos e os lócus de atuação docente.

Diante deste quadro, Gatti (2016) expõe a importância de que é necessária a implantação de políticas prioritárias e políticas curriculares empenhadas em inovações referentes ao enriquecimento da dinâmica do trabalho dos professores dentro dos contextos locais, nacionais e globais

De forma responsiva a esse contexto, os movimentos das políticas públicas recentes vêm impulsionando propostas que contemplam uma maior aproximação entre as agências formadoras e as escolas públicas na formação inicial de professores. Um desses programas é o Residência Pedagógica, proposto em âmbito federal pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e guiado por diretrizes operacionais do Plano Nacional de Educação (PNE).

Partindo deste requisito, o PRP possibilita o aperfeiçoamento dos estudantes e ao mesmo tempo tende a melhorar a qualidade na educação em concordância com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017). Desse modo, a CAPES (2018), na sua portaria nº 38 em seu Art. 4º afirma que:

Art. 4º A IES selecionada no âmbito do Programa será apoiada com a

concessão de bolsas nas seguintes modalidades: I. Residente: para discentes com matrícula ativa em curso de licenciatura que tenham cursado o mínimo de 50% do curso ou que estejam cursando a partir do 5º período; II. Coordenador Institucional: para docente da IES responsável pelo projeto institucional de Residência Pedagógica; III. Docente Orientador: para o docente que orientará o estágio dos residentes estabelecendo a relação entre teoria e prática; IV. Preceptor: para o professor da escola de educação básica que acompanhará os residentes na escola-campo (CAPES, 2018, p. 2).

Nessa estrutura, observamos dois pontos positivos a considerar: a existência de diversos agentes envolvidos, fortalecendo a relação entre a teoria e a prática para uma inserção significativa no programa e a disponibilização de recursos financeiros com o incentivo por meio da remuneração de bolsas, de acordo com as funções de cada participante.

Referente à imersão em campo, a CAPES (2018, p. 1) afirma que: “Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora”. Dessas assertivas podemos depreender que o modelo formativo do PRP dialoga com uma base teórica, porém com foco central na dimensão prática do magistério. Logo, entendemos que esta política formativa educacional pode representar um potencial de elevação da qualidade da Educação Básica. Tavares (2018, p.1), esclarece que o Programa Residência Pedagógica e suas atividades “[...] visam incentivar à formação inicial e continuada de professores e que se destinam a se constituir em alternativas de articulação entre saberes e práticas”

Em suma, a temática formação inicial de professores tem sido repensada há algum tempo e, é preciso refletir em uma articulação entre a Ciência e a Educação, visto que este caminho colabora para o desenvolvimento da aprendizagem escolar.

METODOLOGIA

Este presente artigo se desenvolve através de uma abordagem qualitativa, que, segundo Corrêa (2008, p11), a “[...] pesquisa qualitativa é quando a técnica de pesquisa busca entender as dinâmicas de um ou poucos objetos de estudo, sem preocupações relacionadas a números e quantidade, apenas com as características qualitativos do objeto de estudo”. Dessa forma, a pesquisa qualitativa é definida por qualquer tipo de coleta de dados que visa detalhar diferentes textos por diferentes técnicas de análise que não atenta para um perfil numérico. Não faz determinações de valores, nem medidas.

Devido ao caráter particular da pesquisa qualitativa, suas consequências não devem ser exibidas por meio de soluções estatísticas, mas pelo meio de relatórios que focalizam nos pontos

de vista analisados. O objetivo dessa pesquisa é compreender a importância do Programa Residência Pedagógica para a formação do educador do campo. Dessa forma, torna-se necessário a utilização de uma pesquisa bibliográfica e documental. Para Corrêa (2008, p.11), a pesquisa documental é aquela que se caracteriza “[...] quando todas as informações da pesquisa são encontradas ou retiradas de livros e documentos. Normalmente, é o primeiro passo para uma pesquisa pode ser associada a qualquer outro tipo de pesquisa, servindo de base para o aprofundamento determinado tema”. Nesse sentido, os documentos avaliados podem ser atualizados ou antigos e podem ser utilizados para descrever contextos históricos, culturais, sociais e econômicos de um espaço ou grupo de indivíduos em algum período da história.

A metodologia utilizada para a pesquisa é a pesquisa biogeográfica e documental, segundo Severino, 2013:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2013, p. 106.

Já a pesquisa documental:

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (SEVERINO, 2013, p. 107)

Dessa forma, sobre a importância da pesquisa, articulamos com Cunha Neto e Castro (2017, p. 85) ao descreverem que: “No processo de construção da pesquisa, o modo como ela se constitui é tão importante quanto o resultado final obtido. Os métodos, as metodologias, as técnicas e os instrumentos de pesquisa utilizados sustentam um trabalho científico de qualidade”

Mediante o trabalho demonstraremos a importância do Programa de Residência Pedagógica na prática para formação de futuros docentes referente às estratégias educacionais, didática, experiência em sala de aula, assim como a experiência fora dela (experiências dos residentes na instituição de formação).

CONCLUSÕES

O estudo desenvolvido teve como objetivo apresentar um estudo acerca do Programa Residência Pedagógico enquanto política pública de formação de professores. O PRP surge

como uma política de ampliação da formação inicial de professores. Ao analisarmos o PRP como política pública de formação de professores, encontramos vários documentos que compõem o PRP, como a BNCC, que foi criada com o objetivo de estimular e assegurar o absoluto desenvolvimento intelectual, social e artístico dos discentes, e a BNC-Formação (2019), que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica.

O PRP integra a política de formação de professores e sugere uma experiência docente na Educação Básica como uma proposta inovadora e encarando vários desafios. Nesse contexto, também possibilita que o estudante consiga trocar informações com os professores. Assim, destacamos a necessidade de ampliar as pesquisas acerca das contribuições dos Programas de Iniciação à Docência para o fortalecimento da qualidade da educação e da formação inicial de professores, a fim de oportunizar uma discussão sobre a construção da identidade docente no contexto escolar.

O Programa de Residência Pedagógica representa nos últimos anos uma tentativa de inserir milhares de estudantes, das mais diversas licenciaturas espalhadas pelo Brasil, na realidade da escola pública e assim proporcionar o encontro entre licenciados e o trabalho docente.

Para tanto, a Residência Pedagógica contribui para a transformação de práticas formativas e para a aproximação e reflexão sobre o campo de atuação profissional do docente formador da IES e do professor formador da rede pública. Além disto, permiti aos estudantes inseridos nos cursos de licenciatura, a possibilidade de executar, ainda em formação, os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, assim como habilidades que estão em processo de desenvolvimento, em um campo de formação, e finalmente, identificar-se como futuro profissional da educação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. **Processo ensino-aprendizagem: características do professor eficaz.** Millenium Journal of Education, Technologies and Health, n. 39, n. 15, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislação/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015pdf/file>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 mar. 2023

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Diário Oficial da União, v. 1, p. 87 a 90-87 a 90, 2019.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Programa de Residência Pedagógica. Brasília: CAPES, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 07 mar. 2023.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Programa de Residência Pedagógica. Brasília: CAPES, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 07 mar. 2023.

CAPES. **Portaria GAB n. 38, de 28 de fevereiro de 2018**. Institui o Programa Residência Pedagógica. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/01032018-portaria-n-38-de-28-02-2018-residencia-pedagogica.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CORRÊA, B. R.; MARQUES, R. V. **O papel do preceptor na formação de residentes. Formação Docente**. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores. v. 12, n. 25, p. 187-202, 2020.

DARLING-HAMMOND, L. **A importância da formação docente**. Cadernos cenpec | São Paulo | v.4 | n.2 | p.230-247 | dez. 2014

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 1º. ed. São Paulo: CORTEZ EDITORA, 2019. 1-261 p. ISBN 85-249-0298-1

PANNUTI, M. P. **A relação teoria e prática na Residência Pedagógica**. 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/15994_8118.pdf Acesso em: 04 mar. 2023.

PIMETA, S.G.; Lima, M.S.L. (2012). **Estágio e docência: diferentes concepções**. Revista Poiesis -Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006.

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério**. Rio de Janeiro: PUC, 2002.

TAVARES, A. M. B. do N. **Programa Residência Pedagógica e as Licenciaturas do IFRN**. Potiguar Notícias, Parnamirim, RN, 02 dez. 2018. Disponível em:

<http://www.potiguarnoticias.com.br/colunas/post/2551/programa-residenciapedagogica-e-as-licenciaturas-do-ifrn> Acesso em: 05 mar 2023.

TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento. SANTOS, Luiz Antonio da Silva. 2019. **Contribuições formativas do programa de residência pedagógica para as licenciaturas do IFRN.** In: Nascimento, Jose Mateus. Silva, Jose Moises Nunes (org.). Educação Profissional e contradições sociais: pontos e contrapontos. Natal: Famen, 2019. p. 153-164

